CMAS Conselho Municipal de Assistência Social Aracaju

ATA nº. 427

Ata de Reunião Extraordinária do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 29 de julho de 2026.

Aos vinte e nove dias de julho de 2026, por volta das 9h15, reuniu-se o colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Apreciação da pauta; Assinatura do Termo de Posse pelo colegiado gestão 2026/2028; Retorno formal do secretário a respeito dos benefícios eventuais; Relação das solicitações dos servidores para mudança de setor e relação dos afastamentos dos servidores da Semfas, por motivo de saúde; Apreciação do Plano Municipal de Assistência Social - 2026/2029; BPC na escola; Avaliação da fala do secretário da Assistência Social em programa de rádio sobre usuária detida pela Guarda Municipal; Falta de cuidadores e monitores para crianças neurodivergentes; Informes; O que Ocorrer. Estavam presentes os/as conselheiros/as: Cristiane de Oliveira Ferreira e Davina Conceição Santos Góis – Titulares (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMAS), Kaio Luan Campos Dantas – suplente (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMAS), Ieda dos Santos Araújo – titular (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), Maria Conceição dos Santos Andrade- titular (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho – FUNDAT), Ivan Maynart Santos Rodrigues – titular (Procuradoria Geral do Município), Adilma Gomes Santos – Titular (Associação Comunitária Senhor do Bomfim), Lourdes Regina Caldas Santos – titular (Instituto e Creche Menino Jesus), Martha Regina Santana de Oliveira – Titular (Oratório Festivo São João Bosco), Regimari Dias de Oliveira - suplente (Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC), Deise Araújo Valadares – Titular (Sindicato dos Psicólogos de Sergipe – SINPSI), Ygor da Silva Machado – titular (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Sergipe), Erivânia Silva de Menezes – Titular (Usuária – Casa da Doméstica Dom José Vicente Távora), Rosemary Teles Santana – suplente (Usuária – Associação Sergipana de Pessoas com Doenças Raras)

e Alisson Costa de Oliveira – suplente (Usuário –Coletivo de Usuários do Centro Pop). Justificaram a ausência: Maria José Nunes dos Santos – Suplente (Instituto o Semeador e a Semente), Pablo do Amor Divino Pereira – titular (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na área socioeducativa do Estado de Sergipe - SINTS/SE), Joelma dos Santos Andrade - suplente (Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS) e Adriana Santos Lemos – Titular (Usuária – Associação de Moradores da Soledade). Estavam presentes: Andrea Pereira e Denise Cardoso (CREAS Viver Legal), Camila Oliveira e Larissa Moura (CRAS Santa Maria), Denise de Andrade (Externato São Francisco de Assis), Lara Santos e Maria Isabel dos Santos (Associação Pestalozzi), Fernanda de Oliveira e Ana Rita Almeida (SEMFAS), Luiz Carlos (APCD+SE), Eleuza Barreto e Gizelle Araújo (Casa Maternal Amélia Leite). A presidente do conselho dá início à reunião saudando os presentes e comunicando a leitura da pauta. Nesse momento, a pauta é aprovada com a inclusão no que ocorrer – Processo de visitas suspensas. Na sequência, a presidente solicita à secretaria executiva que efetue a Leitura do Termo de Posse, que foi assinado pelos/as conselheiros/as Regimari Dias, Rosemay Teles e Alisson Costa. Prosseguindo "Retorno formal do secretário a respeito dos benefícios eventuais", a Secretaria Executiva expôs sucintamente sobre o tema previamente discutido em outras reuniões do colegiado e informou que a questão da não concessão dos benefícios eventuais foi submetida ao Ministério Público para ciência, sem que, até então, tenhamos recebido qualquer retorno. Diante disso, decidiu o colegiado que fosse oficialmente encaminhado à SEMFAS um requerimento solicitando resposta formal da Secretaria sobre o tema, estabelecendo prazo para a resposta até o dia 11 de agosto de 2026. No ponto "Relação das solicitações dos servidores para mudança de setor e relação dos afastamentos dos servidores da Semfas, por motivo de saúde" os conselheiros representantes dos trabalhadores do SUAS apresentaram uma demanda referente às solicitações de remanejamento de servidores, requerendo o respaldo deste Conselho para buscar esclarecimentos e informações junto à SEMFAS. Foi relatado que previamente fora acordado em negociações com os sindicatos que os remanejamentos seriam efetuados antes da alocação dos novos servidores do PSS. Diante do exposto, o colegiado deliberou o envio de ofício à secretaria, estipulando prazo de resposta até 11 de agosto de 2026, a fim de requisitar a relação de servidores que solicitaram transferência interna, com informações sobre a quantidade de vagas disponíveis nos respectivos locais e os critérios adotados para esse remanejamento. Ademais, requer também a relação dos servidores temporariamente afastados por motivos de saúde e o procedimento para ocupação de tais vagas durante o período de afastamento. A presidente informou que, com a aprovação do novo organograma da SEMFAS, o setor de gestão do trabalho está sendo estruturado. Como encaminhamento, o colegiado deliberou que seja enviado ofício à SEMFAS convidando um representante para comparecer à reunião ordinária deste CMAS, marcada para o dia 12 de agosto de 2026, com o propósito de apresentar, para ciência, o novo organograma da referida secretaria, aprovado recentemente. Dando continuidade, "Apreciação do Plano Municipal de Assistência Social - 2026/2029", a presidente informou que o plano está sendo discutido na comissão de política e que não foi possível finalizar as discussões em tempo hábil para essa reunião. Portanto, o documento não

será apreciado nesse momento e ficará para pauta de uma próxima reunião do Conselho. O conselheiro Kaio reforçou a necessidade de apreciação do documento o mais breve possível. No ponto "BPC na escola", a conselheira Deise Araújo trouxe ao conhecimento do pleno a respeito da solicitação das coordenações dos CRAS para que as equipes do PAIF realizem a aplicação dos questionários do BPC na Escola. As equipes foram orientadas sobre essa demanda de aplicação dos questionários nas residências dos beneficiários e, de acordo com as normas do programa, esta responsabilidade não é atribuída às equipes do PAIF, sendo disponibilizados recursos para a contratação de uma equipe específica para essa finalidade. Diante desse cenário, o colegiado deliberou o envio de um ofício à secretaria, solicitando esclarecimentos sobre: Quais critérios foram adotados para decidir a transferência dessa demanda para a equipe do PAIF? E qual será a destinação dos recursos destinados à contratação de uma equipe específica para a aplicação dos questionários, uma vez que não haverá contratação de pessoal? Paralelamente, convidar um representante da SEMFAS para comparecer à reunião ordinária de agosto, a fim de prestar esclarecimentos ao colegiado. Na sequência, "Avaliação da fala do secretário da Assistência Social em programa de rádio sobre usuária detida pela Guarda Municipal", a conselheira Deise Araújo relatou o fato ocorrido e solicitou a exibição do vídeo referente ao caso em questão. No vídeo, o secretário da SEMFAS em um programa de rádio fez uma fala, segundo os trabalhadores, carregada de preconceitos com relação aos usuários da política de assistência social, ferindo todos os preceitos da política pública. Visto que, para ser usuário da assistência social, não é preciso que a pessoa viva em condições degradantes, e sim que o empoderamento do usuário seja trabalhado. Muitos conselheiros se manifestaram contrários à posição do secretário e reforçaram que a condução do caso foi de forma truculenta e desnecessária, bem como o posicionamento do gestor durante suas falas preconceituosas e pejorativas. A advogada da SEMFAS, Ana Rita, se posicionou em nome do secretário, contextualizando todas as situações em que a usuária em questão já esteve envolvida junto à SEMFAS. Após a fala da advogada, alguns membros do colegiado se manifestaram contrários às explicações da advogada, ressaltando que a questão em análise não dizia respeito à trajetória da beneficiária, mas sim às declarações do secretário de assistência social. Concluídas as intervenções, duas propostas de encaminhamento foram submetidas à deliberação: Proposta 1 – envio de ofício à SEMFAS solicitando informações sobre as demandas da beneficiária e os encaminhamentos realizados até o momento; Proposta 2 – elaboração de uma nota de repúdio em relação à fala do secretário e o envio do ofício à SEMFAS requisitando informações sobre as demandas da beneficiária e os encaminhamentos realizados até o momento. Após a votação, a Proposta 2 foi aprovada por seis votos, enquanto a Proposta 1 obteve quatro votos, não havendo nenhuma abstenção. Dando continuação "Falta de cuidadores e monitores para crianças neurodivergentes"A vice-presidente falou sobre essa demanda nos equipamentos de assistência e também nas escolas. A presidente apresentou os dados do SISC referentes ao número de crianças e adolescentes com alguma deficiência que são atendidos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em nossos equipamentos. Segundo os dados, não é possível afirmar que existe falta de cuidadores.

Algumas questões foram levantadas sobre o que de fato é o trabalho intersetorial entre as políticas públicas, em especial assistência social, saúde e educação. Sanadas as dúvidas e contribuições, o colegiado deliberou pela solicitação à SEMFAS para que o Grupo de Trabalho que estava discutindo os fluxos do SCFV para crianças e adolescentes neurodivergentes seja retomado e, conforme acordado anteriormente, quando o fluxo for finalizado, seja protocolado para apreciação deste Conselho. Nos Informes, a secretaria executiva informou sobre o convite enviado pelo Instituto de Desenvolvimento Nossa Senhora de Fátima para o lançamento da Cartilha de Letramento Digital 50+: Trilhas de Aprendizagem, a ser realizado no dia 18 de agosto, às 15h na Biblioteca Epifânia Dória. Informou sobre o e-mail enviado pelo Tribunal de Contas da União sobre a realização de visitas técnicas presenciais em municípios previamente selecionados, com o objetivo de avaliar aspectos relacionados à sustentabilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo, entre outros temas, o financiamento, a capacidade operacional e a continuidade da oferta dos serviços socioassistenciais. A visita ao município de Aracaju será realizada no dia 30 de julho do corrente ano. No ponto O que Ocorrer, o Sr. Luiz Carlos trouxe sobre a reclamação de algumas entidades que deram entrada na solicitação de inscrição no conselho e ainda não tiveram um retorno sobre o deferimento ou não da inscrição,apesar de já ter decorrido um lapso temporal considerável. A presidente elucidou que o conselho está promovendo atualizações no procedimento de inscrição e monitoramento das entidades e que as visitas foram suspensas até a reestruturação da equipe técnica responsável. E que conforme informado pela SEMFAS essa equipe será reestruturada em um prazo de 15 dias a contar dessa data da reunião. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pela secretária executiva e pelos demais conselheiros presentes. Aracaju, 29 de julho de 2026.

Angela Vanessa Prata Barbosa Angela Vanessa Prata Barbosa

Cristiane de Oliveira Ferreira

Kaio Luan Dantas Campos

Davina Conceição Santos Góis Davina Conceição Santos Góis

Ieda dos Santos Araújo

Márcia Nascimento Souza

Maria Conceição dos Santos Andrade

Ivan Maynart Santos Rodrigues

Adilma Gomes Santos Adilma Gomes Santos

Lourdes Regina Caldas Santos

Martha Regina Santana de Oliveira

Regimari Dias de Oliveira

Deise Araújo Valadares Deise Araújo Valadares

Ygor da Silva Machado Ygor da Silva Machado

Erivânia Silva de Menezes_____

Rosemary Teles Santana_____

Alisson Costa de Oliveira_____